

TECENDO POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS DO COOPERATIVISMO COM MULHERES ARTESÃS

Márcia Alves da Silva*

Edla Eggert**

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo refletir sobre preceitos acerca da temática sobre o trabalho feminino, com o intuito de discutir tanto os aspectos conceituais da divisão sexual do trabalho quanto possibilidades emancipatórias de algumas experiências cooperativadas com mulheres artesãs. Essa iniciativa partiu de trabalhos de pesquisa que estão sendo realizados pelas autoras com mulheres artesãs participantes de cooperativas de produção e comercialização, nas cidades de Alvorada e Pelotas/RS. A pesquisa acadêmica, com base na valorização das trajetórias das pessoas envolvidas, tem possibilitado que as mulheres refaçam os percursos vividos e ressignifiquem suas experiências de vida, especialmente no que se refere a aspectos do mundo do trabalho feminino. Trata-se, portanto, de perceber o processo investigativo como parte de toda a trajetória de vida das trabalhadoras envolvidas, tanto das artesãs como das pesquisadoras, acrescida do fato do processo de pesquisa nessa perspectiva poder constituir-se em uma oportunidade para se refletir sobre sua trajetória, na perspectiva de se projetar o futuro, tanto do grupo como individualmente.

Palavras-chave: Gênero – Cooperativismo – Narrativas – Trabalho feminino

ABSTRACT

WEAVING EMANCIPATING POSSIBILITIES OF COOPERATIVE WORK WITH ARTISAN WOMEN

This article's main goal is to reflect about some precepts regarding the theme of female work, in order to discuss the conceptual aspects of the sexual division of labor as well as the emancipating possibilities of some cooperative's experiences with artisan women. This initiative started with academic research projects that are being done by the authors, with artisan women participating in the cooperatives of production and commercialization, in Alvorada and Pelotas/RS. The academic research, starting with the valuing of the journeys of the people involved, has enabled the women to remake the paths lived and re-frame their life experiences, especially in respect to the aspects female work world. It seeks, therefore, to realize the investigative process as part of any life journey of the workers involved, of the artisans as well as of the

* Dra. em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas / UFPel. End. Institucional: Rua Dr. Alberto Rosa 154, Bairro Centro, Pelotas, RS. E-mail: prof.marciaalves07@gmail.com.

** Dra. em Teologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Vale do Rio dos Sinos / UNISINOS. End. Institucional: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: edla@unisinos.br

researchers, added to the fact that the research process, seen in this perspective, can constitute an opportunity to reflect about their journey, in view of projecting both the group's and individual's future.

Keywords: Gender – Cooperative Work – Narratives – Female Work

Introdução

O trabalho cooperativo na lógica da economia solidária pode ser uma ferramenta para um processo de emancipação feminina no que se refere ao mundo do trabalho? Essa escrita coloca-se na tentativa de trazer uma contribuição a esse debate, buscando problematizar o mundo do trabalho feminino, aproximando-nos da produção acadêmica sobre divisão sexual do trabalho e cooperativismo, aliando essa produção teórica à concretude das experiências com mulheres artesãs cooperadas que temos acompanhado em nossas trajetórias acadêmicas.

Para isso partimos da experiência investigativa que temos encaminhado com mulheres artesãs participantes de cooperativas de produção e comercialização, nas cidades de Alvorada e Pelotas¹/RS, onde tem-se feito uso das narrativas biográficas, pois percebemos que a pesquisa, com base na valorização das trajetórias das pessoas envolvidas, tem possibilitado que as mulheres refaçam os percursos vividos e ressignifiquem suas experiências de vida, especialmente no que se refere a aspectos do mundo do trabalho feminino.

Sendo assim, este artigo inicialmente apresenta contribuições teóricas sobre o trabalho feminino, procurando caracterizar o universo em que se consolida a divisão sexual do trabalho, mais especificamente visando a contextualizar o campo de atuação das pesquisadoras. Após, abordamos o trabalho cooperativado na lógica da economia solidária enquanto possibilidade emancipatória feminina, baseado na aproximação com experiências de trabalho com mulheres artesãs cooperadas que temos acompanhado ultimamente.

Divisão sexual do trabalho

O contexto em que vivem homens e mulheres não é o resultado de um 'destino' biológico, mas

sim de construções sociais. Portanto, homens e mulheres formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica, que se concretiza nas relações sociais de sexo. Tais relações possuem uma base material, que é o trabalho, e que se revela por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, denominada de divisão sexual do trabalho. Sobre a problemática da divisão sexual do trabalho, saliento a obra de Helena Hirata. Em um dos capítulos do livro *Nova divisão sexual do trabalho?* a autora desenvolve o estado da arte sobre a temática. Partindo da obra de Danièle Kergoat, apresenta a ideia que “*a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera de exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres*” (HIRATA, 2002, p. 277).

Sobre a origem do conceito de divisão sexual do trabalho, Danièle Kergoat (2003) salienta que essa noção foi primeiro utilizada por etnólogos para designar uma divisão “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam. Refere-se a Lévi-Strauss como um expoente dessa ideia e que fez dela o instrumento explicativo da estruturação da sociedade em família. No entanto, a autora afirma que foram as antropólogas feministas as primeiras que lhe deram um conteúdo novo, demonstrando que a divisão sexual do trabalho traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Portanto, a questão não se soluciona simplesmente somando-se trabalho profissional e trabalho doméstico, pois, conforme Hirata

¹ Márcia Alves da Silva pesquisou o tema em sua tese de doutoramento com o título “*Bordando, tricotando, costurando... possibilidades emancipatórias de trabalho de mulheres artesãs em uma cooperativa popular de Pelotas*”, com bolsa CAPES e defendida em fevereiro de 2010. Edla Eggert pesquisa “*A narrativa de processos autoformadores de tecelãs - construindo novos debates para a EJA*” com bolsa Produtividade CNPq.

e Kergoat, “... ao fazer essa soma, logo nos demos conta de que as costuras do paletó ‘trabalho’, feito sob medida por e para as crenças economicistas, cediam facilmente nas cavas” (2007, p.596).

Dito isso, a autora chega a uma conceituação de divisão sexual do trabalho, e a define como

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (KERGOAT, 2003, p.55-56).

Ainda de acordo com Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho possui dois grandes princípios organizadores, que são o *princípio de separação* – no qual diferenciam-se os trabalhos, classificando-os como de homens ou de mulheres – e o *princípio de hierarquização* – no qual um trabalho masculino é mais valorizado que um trabalho feminino. Na realidade, esses princípios são aplicados graças a um processo específico de legitimação, que a autora denomina de ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduzindo, dessa forma, as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No entanto, em sentido oposto, a teorização relativa à divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais. Podemos afirmar, dessa forma, que problematizar o trabalho feminino em relação à divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista, pois se seus princípios organizadores podem permanecer os mesmos, as suas modalidades (podendo-se incluir aí concepções de trabalho reprodutivo, lugares das mulheres no trabalho mercantil etc.) podem sofrer diversas variações no tempo e no espaço.

Outro aspecto levantado por Kergoat (2003) refere-se ao vínculo entre divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Para a autora, trata-se de dois termos que possuem uma relação indissociável, em que a divisão sexual do trabalho materializa as relações sociais de

sexo de determinada sociedade, em determinado momento histórico.

Assim, as relações sociais de sexo assumem as seguintes características:

- a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica;
- essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta –, podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
- *essas relações sociais se baseiam, antes de tudo, em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação.* (KERGOAT, 2003, p.58-59).

Podemos perceber a existência de duas posturas de pesquisa contraditórias: uma que percebe as relações sociais – enquanto estrutura normativa – como anteriores à sociedade e determinantes dessa, e outra que entende a sociedade como dada *a priori*, configurando-se em um espaço onde as relações, como manifestações pulsantes da vida coletiva, vão criando as normas sociais. É a primeira postura que sustenta a percepção de complementaridade de tarefas entre homens e mulheres.

Essa perspectiva mecanicista faz com que, em determinadas situações, a divisão sexual do trabalho gere conflitos no interior das famílias. Os depoimentos das artesãs que participam de nossas investigações denotam essa situação. Em um momento de diálogos com uma artesã de Pelotas, ela faz a seguinte afirmação:

E tudo que a gente faz é dizer que é trabalho né, porque a gente não considera. Olha, tem cada arranca-rabo, gurias, porque eu agora assumi isso: eu acho que tem mais é que me sustentar. Não por me sustentar, não está me sustentando, se está ganhando o que está ganhando, é porque tem alguém que lava as suas roupas, que passa as suas roupas, que faz o seu almoço... E que bom, ajuda para que tenha uma saúde mental para poder trabalhar. Sabe, então eu não me acho mais tããõ dependente, eu acho que

*eu ainda sou dependente, mas eu estou minimizando essa coisa da culpa [...] (Artesã 1, jan.2009)*².

A divisão sexual do trabalho é muito mais do que constatar desigualdades. É articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar as atividades (KERGOAT, 2003, p.59). Nas investigações encaminhadas com as mulheres artesãs de Pelotas, buscamos constituir esses momentos de reflexão partindo das trajetórias concretas das mulheres envolvidas em nossas pesquisas, e procuramos ir além, buscando, inclusive, possibilitar uma articulação dessas trajetórias com o contexto social mais amplo na qual elas estão inseridas.

Sobre o trabalho cooperativo

Para compreendermos a forma de sociabilidade que chamamos de emancipação humana, devemos identificar um de seus germes, que é o trabalho. Entretanto, não se trata, nesta perspectiva emancipatória, do trabalho na lógica do capital, mas do trabalho associado. E por que o trabalho associado? Porque sabemos que o trabalho é muito mais do que a execução de tarefas, envolvendo a totalidade das atividades humanas, isto é, baseado no trabalho (tendo este papel central baseado no pensamento marxista, ao qual nos filiamos) desenvolvem-se inúmeras outras dimensões, compondo-se, assim, o ser social. Portanto, é o trabalho associado aquele que pode possibilitar a emancipação humana, pois ele extrapola o ato restrito do trabalho enquanto execução de tarefas, mas envolve todos os aspectos humanos. Com isso, podemos conceituar minimamente o trabalho associado como

aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integralidade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição até o consumo (TONET, 2005, p.133).

Dessa forma, o trabalho associado caracteriza-se por possibilitar a articulação dos sujeitos envolvidos de forma livre e consciente e não por um poder que lhes é alheio, como no sistema capitalista, que não lhes permite nem o domínio e nem a compre-

ensão sobre suas próprias relações. É importante salientar que esse envolvimento livre e consciente não é isento de tensões e conflitos, mas que se configuram de forma diferente do que no sistema capitalista, pois de forma solidária, os conflitos podem ser emancipatórios, tanto para o grupo como individualmente.

Entendemos que o trabalho cooperativo³ e solidário está inserido na lógica do trabalho associado, por isso, com o potencial de oferecer uma alternativa ao trabalho regido pelo capital. Atualmente, a economia solidária tem se constituído como uma alternativa viável diante do contexto socioeconômico atual. As cooperativas populares, por sua especificidade, têm se desenvolvido como uma forma de organização e produção econômica que pode contribuir para a geração de renda, melhorando a qualidade de vida de muitas famílias, além de realizar um enfrentamento à lógica do capital, promovendo, por meio de relações solidárias, a humanização de grandes parcelas da população que têm sido, historicamente, excluídas dos bens materiais, culturais e sociais que a sociedade tem produzido. A economia solidária parte do princípio de que o elemento central na organização da sociedade é o ser humano, portanto acredita-se que essa apresenta-se como uma alternativa possível para os grupos populares no enfrentamento da “ditadura do mercado”. De acordo com Paul Singer,

[...] a economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras,

² Todas as transcrições presentes nesse artigo compõem o banco de dados das pesquisas empíricas já referidas. Os depoimentos são parte ou de entrevistas individuais, ou de grupos de discussão.

³ Podemos definir cooperativas como empresas formadas e dirigidas por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver atividades econômicas ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários. O movimento cooperativista contrapõe-se às grandes corporações capitalistas de caráter monopolístico. Conforme a natureza de seu corpo de associados, as cooperativas podem ser de produção, de consumo, de crédito, de troca e comercialização, de segurança mútua, de vendas por atacado ou de assistência médica. As mais comuns são as cooperativas de produção, consumo e crédito; há ainda as cooperativas mistas, que unem, numa só empresa, essas três atividades. No Brasil, a formação de cooperativas é regulamentada por lei desde 1907. Internacionalmente, a atividade é incentivada pela Aliança Cooperativa Internacional. Fonte: SANDRONI, Paulo. Dicionário de Administração e Finanças. São Paulo: Editora Best Seller, 1996. Disponível em: <<http://www.cooperativa.com.br>>. Acesso em: 6 jun. 2008.

consumidoras etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (SINGER, 2002, p.114-115).

Ao contrário da forma pela qual são administradas as empresas capitalistas, no qual se percebe “a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo” (SINGER, 2002, p.16), no caso de empreendimentos de economia solidária e autogestionários, considera-se que todos têm o direito de iniciativas e podem participar do planejamento e da execução das tarefas dentro da cooperativa. Sendo assim, sua administração dá-se de forma transparente, com todos os membros tendo acesso às informações e deliberações sobre o andamento da mesma. Portanto, o fato de participar de um empreendimento de economia solidária não significa simplesmente autogerir seu próprio empreendimento. O trabalhador que se insere num grupo, mesmo que já formado anteriormente, não pode contentar-se em apenas participar desse grupo, como alguém que apenas assume tarefas. Ele tem que ter iniciativa perante o grupo, pensar juntamente com o grupo, para que viabilize-se enquanto empreendimento autogestionário. Caso contrário, tal empreendimento irá confundir-se com uma empresa nos moldes capitalistas, onde os empregados são pagos apenas para cumprir com as tarefas que lhes são designadas, sem muitas vezes ao menos ter o direito de criticá-las ou melhorá-las, no que se refere a condições mais decentes de trabalho.

Assim, é possível perceber-se que o principal diferencial entre uma empresa nos moldes capitalistas e uma empresa solidária é a administração. Na economia solidária a administração das empresas dá-se na lógica da autogestão, que prima por princípios democráticos em sua rotina. E,

Para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. Ao longo do tempo, acumulam-se diretrizes e decisões que, uma vez adotadas, servem para resolver muitos problemas frequentes [...]. (SINGER, 2002, p. 19).

Dessa forma, é possível que a economia popular e solidária possa transformar-se numa nova opção ao(à) trabalhador(a) cooperativado(a) no processo de enfrentamento ao sistema capitalista, configurando-se numa alternativa viável na tentativa não só de viabilizar uma possibilidade de organização econômica – não dependendo unicamente das formas tradicionais de trabalho impostas por esse sistema –, mas também como uma possibilidade de emancipação humana em outras esferas, como culturais, sociais, intelectuais, afetivas etc.

A experiência das cooperadas no processo de gestão

Assim, ambientadas (os) numa nova forma de produção e estabelecendo outras relações de produção, as (os) cooperadas (os) poderão constituir uma visão crítica da sociedade que as condicionou à situação de miséria e exploração, ou seja, visualizando as contradições que o capitalismo traz consigo, para, com isso, manifestar sua indignação, repudiando as práticas adotadas pelo mesmo.

Essa perspectiva traz mudanças nas concepções de trabalho que perpassam o imaginário dos sujeitos. Nesse sentido, a luta pauta-se pela confrontação dessas duas concepções (trabalho na lógica do capital e na perspectiva solidária), pois acreditamos que o trabalho pode ser emancipador da condição humana, desde que implementado de outra forma, bem oposta ao modelo imposto pelo capital.

Entre essas concepções, que refletem posições ideológicas diferentes, existe uma diversidade de formas de organização do trabalho associado que, conforme Lima, levanta algumas questões: em que medida representa passos na direção de autonomia e possibilidade de emancipação dos trabalhadores?; ou é mais uma artimanha do capital para a precarização das relações de trabalho, ou, ainda, simplesmente uma forma secundária de

organização do trabalho e mesmo alternativa de emprego? (LIMA, 2009, p.113-114). No caso das artesãs pesquisadas em Pelotas, alguns contextos de ingresso na cooperativa visibilizam bem essa situação. Sobre sua aproximação à cooperativa, uma artesã afirmou:

[...] eu já conhecia o trabalho de cooperativa... E gostava, sempre gostei de fazer alguma coisa que não fosse sozinha, que sempre tivesse mais gente junto comigo... Eu não gosto da solidão... Só em alguns momentos... Em que eu estou criando alguma coisa, senão não gosto. E até chegar a cooperativa que eu faço parte hoje também... Eu já conhecia a cooperativa de algum tempo atrás, e humm, também houve uma necessidade, porque tu faz o teu trabalho e sozinha tu não tem como escoar, como vender, aonde tu vai levar? Alugar uma lojinha não tem como também, e aí surgiu a cooperativa, pra gente fazer isso [...] (Artesã 2, nov.2008)

Uma das artesãs, fundadora da cooperativa onde atua em Pelotas, aponta que o cooperativismo surgiu baseado no seu trabalho em um movimento social cristão, mais especificamente na Pastoral Operária. Podemos perceber, em seu depoimento, o interesse em desenvolver uma alternativa que viabilizasse geração de emprego e renda para as pessoas. A passagem a seguir denota essa situação:

E depois desse período nas comunidades, eu já estava meio envolvida com a política e em ações sociais... Então a gente vê que o pessoal é muito, muito pobre, com a renda mínima, muita gente doente, desempregada... Então nós já começamos a pensar o seguinte, eu já comecei a pensar de uma outra maneira: por que não unir os grupos de cada comunidade, produzir um trabalho e fazer uma feira maior, que pudesse reverter numa renda fixa pra essas pessoas? Então eu já na Pastoral Operária, eu fui líder da Pastoral Operária, nós começamos a fomentar esses grupos, apoiados pela Cáritas Diocesana. Adorei que esse trabalho começou a crescer, nós começamos a ver que só esse trabalhinho pequeno, assim, em grupinhos, não chegava a atingir o objetivo que a gente queria, que era uma renda pro pessoal se manter. Então, alguns assessores deram a ideia de uma cooperativa. Por que não uma cooperativa? Pois tem uma lei federal de apoio às cooperativas. Nós começamos a bolar essa ideia e essa ideia começou a crescer, e nós iniciamos a cooperativa. Em princípio a gente iniciou

querendo vender, seria uma cooperativa pra vender os trabalhos dos grupos... Mas claro que tu tens que, numa cooperativa é a ideia do coletivo que tu tens que passar, muitos de nós, como eu, pensávamos que nós tínhamos que garantir a produção, pra poder comercializar e, claro né, o pessoal achava que não, que já tinha um grupo de produção, que não precisava a gente se preocupar com a produção e sim, vender. Com o tempo a gente foi vendo que precisava ser uma cooperativa de produção e comercialização, tu tem que garantir a produção pra manter a cooperativa... e estamos aí ... é mais ou menos isso. (Artesã 3, nov.2008).

No Brasil, as experiências de organização coletivas possuem variadas origens, e como resultado da organização dos trabalhadores que, muitas vezes, visando a manter seus empregos, passam a multiplicar-se com base nas políticas neoliberais iniciadas no governo de Fernando Collor, em 1989, e levadas adiante no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o início dos processos de privatização de empresas estatais, o estabelecimento de políticas de demissão voluntária de empregados e demissões decorrentes da eliminação de postos de trabalho. Nesse contexto, as cooperativas reaparecem como produto da reestruturação econômica e da política do período. Nessa perspectiva, a cooperativa poderia representar a flexibilidade pela ausência de contratos. Esse processo assumiu configurações que ora distinguem-se, ora confundem-se com o processo de redução dos custos empresariais por meio da eliminação das obrigações trabalhistas.

Nesse mesmo período, uma segunda configuração desenvolve-se no país. Nela, os trabalhadores assumem as empresas e adotam o sistema de autogestão, no qual tornam-se proprietários e participam efetivamente da gestão. A perspectiva inicial de manutenção de empregos e/ou de alternativa ao desemprego vai sendo progressivamente politizada numa proposta emancipatória, agrupada no movimento de economia solidária formado também na década de 1990. Nesse enfoque, o trabalho autogestionário mostra-se não apenas como alternativa de emprego, mas como uma opção ao próprio capitalismo, numa proposta de reconstrução do ideário de um novo socialismo (LIMA, 2009, p.119).

Essas configurações do trabalho, nas quais as cooperativas aparecem como uma das possibilidades, levantam algumas questões vinculadas à própria natureza do trabalho autogestionário e seus dilemas. De acordo com Lima (2009) destacamos os seguintes aspectos:

a) Autogestão – A autogestão é definida como a gestão realizada pelos trabalhadores de seu próprio trabalho. Na organização de cooperativas, geralmente associam-se trabalhadores desempregados, menos pela convicção de um trabalho autônomo e emancipador e mais pela falta de perspectivas de emprego regular, como uma alternativa ao desemprego, um período intermediário até as coisas melhorarem. A falta de experiência de gestão e da própria noção de coletivo, que no Brasil significa, grosso modo, público e estatal como de responsabilidade de ninguém, pode levar a situações que em muito fogem dos princípios autogestionários. No caso das tecelãs investigadas no município de Alvorada temos uma configuração que se identifica com esse aspecto, ou seja, a falta de perspectiva de um emprego regular as agrupa em torno do trabalho artesanal. Observamos que essas mulheres criaram vínculos com esse trabalho, mas ele pode cessar se por acaso elas conseguirem um emprego fixo.

Nos dois grupos de discussão realizados com as tecelãs da oficina no município de Alvorada os debates giraram em torno do alto grau de integração entre elas, mas ao mesmo tempo de um desejo de resolver individualmente a busca por um emprego fixo, com carteira assinada. Elas trabalham como autônomas e algumas já estão nessa atividade há 10 anos, e ao falarem sobre isso espantaram-se com toda essa caminhada.

Enfim, trata-se de situações que evidenciam a ausência de uma percepção comum sobre a ideia de coletivo e a preponderância de um individualismo no qual todos querem beneficiar-se do que é público ou coletivo.

O concreto do cotidiano das cooperativas e empresas autogestionárias e sua forte vinculação e dependência ao mercado tornam a mudança na concepção de empresa algo complexo, uma vez que elas estão inseridas de uma forma ou de outra na dinâmica capitalista que determina os espaços de atuação (LIMA, 2009, p.125).

Para autores como Singer (2002), Fischer e Tiriba (2009), a prática da autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores nas empresas solidárias, pois além de suas próprias tarefas, cada um deve preocupar-se com os problemas gerais da empresa. O fato de todos participarem das decisões estabelece uma maior democracia e diminui a competitividade, tão presente e incentivada nas empresas capitalistas. No entanto, passa a haver um aumento das responsabilidades individuais para que o todo ‘funcione’ adequadamente. Dessa forma, “*o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige*” (SINGER, 2002, p. 19).

Em nossas investigações, percebemos que essas dificuldades são presentes na rotina da cooperativa, na qual muitas cooperadas eximem-se da responsabilidade na busca de alternativas para a solução dos problemas, preferindo dar ‘um voto de confiança’ para a diretoria, participando pouco no cotidiano do grupo. Nesse caso, a diretoria busca solucionar essa ausência, aproximando-se da Incubadora, investindo em atividades formativas e promovendo atividades que visam ao resgate do grupo. Atividades essas que geralmente possuem uma baixa participação das cooperadas. Trata-se do desafio de superar práticas antidemocráticas e autoritárias que permeiam a vida em sociedade, que imobilizam as ações concretas.

No caso das cooperativas que acompanhamos, o fato das associadas serem na sua maioria mulheres apresenta o agravante de constituírem-se num grupo historicamente formado por pessoas excluídas da possibilidade de autonomia e oriundas de um modelo patriarcal, tanto de família como de sociedade.

Portanto, as mulheres estão submetidas ao poder patriarcal nos mais diversos âmbitos de suas vidas e em níveis distintos. É importante ressaltar um aspecto que a pesquisadora mexicana Marcela Lagarde (2005) levantou em sua obra: que não se trata de identificar a existência de um poder absoluto e unidirecional, pois na concretude do exercício do poder patriarcal no qual as mulheres estão submetidas, em várias situações elas também exercem o poder. Conforme Lagarde,

Todos los hechos sociales y culturales – las relaciones, las instituciones, las normas, y las concepciones

–, *son espacios del poder: el trabajo y las demás actividades vitales, la sabiduría, el conocimiento, la sexualidad, los afectos, las cualidades, las cosas; los bienes, las posesiones y los territorios materiales y simbólicos; el cuerpo y la subjetividad, es decir, los sujetos y sus creaciones, son espacios del poder.* (2005, p. 155).

Assim, a participação das mulheres nas relações de poder estabelecidas baseia-se em seu consenso e na aceitação da feminilidade construída patriarcalmente, pois “*la relación del poder com las mujeres es consensual, porque el mundo y su condición les son presentados com la fuerza divina o natural, emanados de um poder supremo que les confiere la cualidad de ser inmutables*” (LAGARDE, 2005, p. 156).

A experiência amorosa fornece um dos alicerces fundamentais para a instalação do poder pessoal patriarcal. Sobre a ideologia amorosa, afirma Lagarde que

El amor no és sólo vehículo de comunicacion de personas relacionadas desde posiciones desiguales a través del poder, sino que la ideologia amorosa consagra la desigualdad, la obediência, la exclusión, la capacidad de mando y el dominio sobre la vida de los otros (2005, p.161).

Por amor, as mulheres colocam suas vidas à disposição de ‘outros’, de forma que amor significa que renúncia e entrega, tendo um significado quase exclusivo de ‘ser de’ ou ‘ser para’ outros. Dessa forma, estão articuladas as bases em que se instala o que Lagarde (2005) denomina de ‘*servidumbre voluntaria*’, que nada mais é do que o consentimento frente à opressão presente nas relações de dominação. Trata-se de um consentimento voluntário sem o qual não haveria o exercício de poder.

Dando continuidade a nossa linha de raciocínio, outro aspecto vinculado à natureza do trabalho cooperativo e levantado por Lima (2009) é o seguinte:

b) Trabalho associado – Como vimos, o crescimento do cooperativismo no Brasil dos anos 1990 não resulta concretamente de um movimento de trabalhadores pela autogestão, mas sim de situações pontuais de luta pela manutenção de empregos num contexto de crescimento do desemprego formal como resultado de um processo de reestruturação econômica.

Embora em diversos momentos seja possível notar que os trabalhadores salientam a superioridade da cooperativa como forma de organização de trabalho, por seu caráter mais democrático, nem sempre a percebem como uma conquista política mais ampla, e sim como uma alternativa de trabalho num quadro de desemprego precário, que oferece poucas alternativas.

Nessas situações, a cooperativa é vista como uma possibilidade de circulação no mercado de trabalho, tanto formal como informal. No entanto, não podemos esquecer de que,

Com a recuperação econômica do país nos primeiros anos da década, notam-se hoje situações pontuais de recuperação de fábricas e de organização de cooperativas, principalmente as de produção industrial. O crescimento do setor continua nas chamadas cooperativas populares, de inserção social, como parte de políticas sociais do Estado brasileiro em diversos níveis. (LIMA, 2009, p. 128-129).

Como exemplo dessas políticas implantadas pelo governo atual, em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que coordena a política nacional de apoio aos empreendimentos considerados solidários, nos quais destacam-se as cooperativas populares.

No entanto, se o objetivo da educação é o de contribuir para que homens e mulheres trabalhadoras articulem os saberes sobre a vida em sociedade, apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade, há que se buscar, no interior mesmo da produção, os elementos que favoreçam a formação integral humana (PICANÇO; TIRIBA, 2004). Dessa forma, torna-se central a apreensão dos saberes cotidianos das mulheres, sejam nas situações de produção ou em outras diversas situações de vida. Portanto, é nessa perspectiva que nossas pesquisas articulam-se: na tentativa de estabelecer uma aproximação, visando a uma maior compreensão dos processos de formação e de trabalho das mulheres artesãs.

Considerações finais

Entendemos que por meio de pesquisas que envolvem concepções participantes temos desafios de ordem política, pois trata-se de compreender com grupos pesquisados como as relações sociais incorporaram-se nas instituições, legitimando-as; e

também de visibilizar tensões geradas na sociedade, procurando compreender como elas deslegitimam as regras e representações que apresentam como “naturais” os grupos sociais constituídos. É nesse momento que a compreensão sobre as trajetórias de trabalho é incorporada a fim de que as pessoas do grupo ao narrarem⁴ sobre seus processos identificam sua trajetória formadora. É dessa forma que percebemos a experiência de nossas investigações: como uma iniciativa de tensionamento que acontece no momento em que elas enxergarem-se de um outro lugar, o lugar de dizer de si, que segundo Josso (2004) produz o ‘caminho para si’. Esse *dizer* que, de repente causa o estranhamento de normas sociais instituídas, que tentam delimitar e definir os papéis sociais das mulheres de meia-idade, mães, esposas, filhas como as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos, únicas que devem se envolver

com os cuidados da casa e com seus ocupantes.

A sistematização e a consequente análise das trajetórias formadoras existentes na vida de mulheres artesãs possibilitam o refazer das caminhadas feitas, visando a sua apreensão e, com isso, uma melhor compreensão de suas próprias experiências de vida e de trabalho. Não só isso, que já é bastante, mas especialmente estamos convencidas que pesquisas dessa natureza contribuem para que as políticas públicas, que já avançaram ao possibilitar o acesso, possam qualificar-se por meio de currículos e formações que de fato alcancem pessoas como as que conhecemos e interagimos nessas pesquisas.

⁴ O processo metodológico de construção das narrativas biográficas foi desenvolvido pelas autoras em publicação anterior, que se encontra nas referências, ao final deste artigo.

REFERÊNCIAS

- FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. De olho no conhecimento encarnado sobre trabalho associado e autogestão. **Educação Unisinos**, v. 13, n.3 p. 201-210, set/dez. 2009.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; et al. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63.
- LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. México: UNAM, 2005. 884 p.
- LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do trabalho associado. **Tempo Social**, São Paulo, v.21, n.1, p.113-132, jun.2009.
- PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Orgs.). **Trabalho e educação**. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.
- SILVA, Márcia Alves da. **Alinhavando, bordando e costurando: possibilidades emancipatórias de trajetórias de trabalho de mulheres artesãs em uma cooperativa popular de Pelotas**. 2010. 180f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- _____; EGGERT, Edla. A pesquisa biográfica e a importância das narrativas nos estudos sobre o trabalho feminino. In: PERES, Lúcia Maria; EGGERT, Edla; KUREK, Deonir Luís. **Essas coisas do imaginário: diferentes abordagens sobre narrativas [auto]formadoras**. São Leopoldo: Oikos; Brasília, DF: Líber Livro, 2009. p. 41-57.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

Recebido em 27.04.10
Aprovado em 06.06.10